



MINISTÉRIO DA CULTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – NÍVEL SUPERIOR

103 – TÉCNICAS DE SUPORTE III

Qualquer Nível Superior

Tipo A

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o caderno de questões do **Tipo A**. Verifique atentamente se este **caderno de questões** corresponde ao cargo a que você concorre e se ele contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência quanto ao cargo a que você concorre, solicite ao **chefe de sala** que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- **Marque no campo indicado na folha de respostas o tipo do caderno de questões que você recebeu. A não marcação ou a marcação incorreta poderá implicar a anulação da sua prova.**
- No momento da identificação, verifique, na **folha de respostas**, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na **folha de respostas**.
- Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a prova objetiva.
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova, à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento da **folha de respostas**.
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta** ou **azul**, fabricada com material transparente.
- Não é permitida, durante a realização da prova, a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas, nem a utilização de lápis, lapiseira/grafite, borracha, régua de cálculo, máquinas calculadoras e(ou) similares.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Não é permitida a utilização de aparelho eletrônico de comunicação.
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar sua **folha de respostas** e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este **caderno de questões** após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Ao terminar a prova, chame o **chefe de sala**, devolva-lhe a sua **folha de respostas** devidamente assinada e deixe o local de prova.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para responder às questões de 1 a 4.

1 Se eu fosse ensinar a uma criança a arte da
jardinagem, não começaria com as lições das pás, enxadas e
tesouras de podar. Eu a levaria a passear por parques e
4 jardins, mostraria flores e árvores, falaria sobre suas
maravilhosas simetrias e perfumes; eu a levaria para que ela
visse, nos livros de arte, jardins de outras partes do mundo.

7 Aí, seduzida pela beleza dos jardins, ela me pediria para
ensinar-lhe as lições das pás, enxadas e tesouras de podar.

Se eu fosse ensinar a uma criança a beleza da
10 música, não começaria com partituras, notas e pautas.
Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria
sobre os instrumentos que fazem a música. Aí, encantada
13 com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe
ensinasse o mistério daquelas bolinhas pretas escritas sobre
cinco linhas. Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são
16 apenas ferramentas para a produção da beleza musical. A
experiência da beleza tem de vir antes.

Se fosse ensinar a uma criança a arte da leitura, não
19 começaria com as letras e as sílabas. Simplesmente leria as
histórias mais fascinantes que a fariam entrar no mundo
encantado da fantasia. Aí então, com inveja dos meus
22 poderes mágicos, ela desejaria que eu lhe ensinasse o
segredo que transforma letras e sílabas em histórias.

É muito simples. O mundo de cada pessoa é muito
25 pequeno. Os livros são a porta para um mundo grande. Pela
leitura, vivemos experiências que não foram nossas e, então,
elas passam a ser nossas. Lemos a história de um grande
28 amor e experimentamos as alegrias e as dores de um grande
amor. Lemos histórias de batalhas e nos tornamos guerreiros
de espada na mão, sem perigos das batalhas de verdade.
31 Viajamos para o passado e nos tornamos contemporâneos
dos dinossauros. Viajamos para o futuro e nos transportamos
para mundos que não existem ainda. Lemos biografias de
34 pessoas extraordinárias que lutaram por causas bonitas e
nos tornamos seus companheiros de lutas. Lendo, fazemos
turismo sem sair do lugar. E isso é muito bom.

Rubem Alves. **Ostra feliz não faz pérola**. São Paulo:
Planeta do Brasil, 2008 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa que interpreta adequadamente a ideia central do texto.

- (A) As lições das ferramentas de jardinagem devem preceder o contato do aprendiz com os jardins.
- (B) As bolinhas pretas e as cinco linhas são apenas ferramentas para a produção da beleza musical.
- (C) O segredo que transforma letras e sílabas em histórias é provocado pela inveja dos poderes mágicos do professor.
- (D) A sedução pela beleza experimentada no processo de aprendizagem leva ao desejo do conhecimento.
- (E) Lendo, fazemos turismo sem sair do lugar. E isso é muito bom.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa que interpreta adequadamente o texto.

- (A) O texto menciona três artes: jardinagem, música e leitura; as duas primeiras são utilizadas como elementos que compõem sustentação para a terceira, pois é a leitura que recebe o foco maior da atenção do autor.
- (B) O texto, que é uma reportagem jornalística, informa, de maneira bastante objetiva, fatos ocorridos e aponta as razões e os efeitos.
- (C) O texto deixa entrever a ideia de que serão certamente sempre fictícios os mundos futuros criados pelas nossas fantasias associadas à leitura.
- (D) A identificação de personagens históricos extraordinários serve ao propósito do autor de convencer o leitor do texto acerca da importância da leitura de obras biográficas.
- (E) O contato final do aprendiz com o objeto concreto das artes é ferramenta para a criação de mistérios que compõem a natureza íntima desse objeto.

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa que reescreve passagem do texto com preservação do sentido original e da correção gramatical segundo a norma-padrão.

- (A) **não começarei** (linha 2)
- (B) **Eu levaria-a** (linha 3)
- (C) **ela teria que me pedir** (linha 7)
- (D) **ela me pediria que lhe ensinasse as lições das pás** (linhas 7 e 8)
- (E) **Ouviríamos juntas as melodias mais gostosas** (linha 11)

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa que apresenta asserção correta quanto ao texto como um todo ou quanto a uma passagem do texto.

- (A) A linguagem utilizada é ultraformal, já que o texto se propõe imitar o discurso litúrgico vinculado à atitude solene da descoberta e da criação do belo.
- (B) Em “Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas” (linha 11), aparece um exemplo de união ou junção de planos sensoriais diferentes.
- (C) Em “encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria” (linhas 12 e 13), o termo “mesma” estaria mais correto se usado no masculino.
- (D) O termo “Aí”, com três ocorrências no texto (linhas 7, 12 e 21), está empregado no seu sentido mais comum: o de determinação de lugar físico no mundo real.
- (E) A oração em que aparece “suas” (linha 4) pode ser corretamente reescrita como **falaria acerca das maravilhosas simetrias e perfumes da criança**.

Texto para responder às questões de 5 a 7.

1 Caro Rubem Braga,

Escrevo-lhe estas mal traçadas linhas para comemorar seu aniversário de 100 anos. Sei que me
4 condenaria por este começo de artigo, pois você lutava contra os lugares-comuns da imprensa. Uma vez me disse que demitiria qualquer redator que usasse “O comboio ficou
7 reduzido a um montão de ferros retorcidos”. Sei que, odiando lugares-comuns, você estaria rindo das homenagens que lhe prestam — velhinho com 100 anos sendo tratado como um
10 ser especial, logo você que sempre quis ser um homem comum, sem lugar claro na vida. Você não tinha nada de ‘especial’, nenhum brilho ostensivo; você não falava muito e
13 tinha a melancolia que lhe dava o posto de observação privilegiado para ver a vida correndo à sua volta ‘aos borbotões, a vida ávida e passageira’ (perdoe-me de novo.).

16 Vi você vendo o outono chegar a Botafogo dentro de um bonde, vi você vendo as estações do ano voando sobre Ipanema (desculpe as aliterações...), vi que você via a cidade
19 por baixo das casas e edifícios, a praia dos tatuís hoje sumidos, o vento terral soprando nas praças, senti que você tinha uma saudade não sei de quê, uma nostalgia repassava
22 suas crônicas, como em Tom Jobim, em Vinicius, numa época em que a literatura era importante, em que o Rio tinha a placidez baldia de uma paisagem vista de dentro.

25 Vi você em sua casa, numa festa pequena para amigos onde eu entrei sem ar (quem me levou?). Ali na varanda em frente de Ipanema estavam homens que eu
28 temia — ídolos de minha juventude angustiada. Ali estavam tomando uísque o Vinicius de Moraes, você, Fernando Sabino e minha paixão literária máxima: João Cabral de
31 Mello Neto, o gênio da poesia. Danuza Leão também estava. Todo mundo meio de porre, principalmente o João Cabral, que bebia mal e implicava com o Vinicius numa agridoce
34 provocação, criticando-o por ter abandonado a poesia pela música popular. João Cabral odiava música, que lhe doía na cabeça como um barulho, estragando seu pensamento
37 obsessivo, piorando suas horrendas dores de cabeça. João Cabral sacaneava: “Que negócio de ‘garota de Ipanema’, Vina, você é poeta!”. O Vinicius ficava puto, mas respondia
40 conciliatório: “Para com isso, Joãozinho; deixa isso pra lá!”. O Cabral insistia: “Que tonga da milonga do caburetê que nada...”, a ponto de Danuza ralar com ele: “Deixa de ser
43 chato, João Cabral!”. Lembra disso, Rubem? Imagine minha emoção de jovem tiete ao assistir àquela briguinha íntima e mixa entre minhas estrelas. A honraria me sufocava.

46 Que pena que não lhes conheci mais intimamente, pois tinha medo de vocês — não me achava digno. Naquela época (início dos 70), havia tempo e energia para se discutir
49 literatura. Hoje, neste tempo digital e veloz, ou temos o derrame de besteiras nas redes sociais ou porcaria de autoajuda nas listas de *best-sellers*.

52 Grande abraço e parabéns pelos 100 anos.

A.J.

Arnaldo Jabor. Internet: <www.estadao.com.br>
(com adaptações). Acesso em 15/1/2013.

QUESTÃO 5

É correto afirmar que

- (A) o texto é uma carta pessoal para um amigo, provavelmente encaminhada por um mensageiro, no caso a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).
- (B) são utilizadas, no texto, algumas estratégias de envolvimento interpessoal próprias de uma carta — tais como: uso de interrogações “(quem me levou?)” (linha 26), “Lembra disso, Rubem?” (linha 43); e pedidos de desculpas “(perdoe-me de novo)” (linha 15), “(desculpe as aliterações...)” (linha 18).
- (C) certa manifestação de busca de engajamento afetivo e pessoal da parte do remetente para com o destinatário está presente na carta e é percebida no texto por meio de pistas linguísticas, como na frase aparentemente brincalhona “Deixa de ser chato, João Cabral!” (linhas 42 e 43).
- (D) a despedida registrada na carta demonstra cortesia, carinho e, ao mesmo tempo, alta formalidade.
- (E) a atitude do remetente, ao grafar sua assinatura somente com as iniciais de seu nome, revela certa falta de polidez para com o destinatário de sua mensagem epistolar.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa cujo trecho foi registrado inteiramente em linguagem formal.

- (A) “perdoe-me de novo.” (linha 15)
- (B) “Ali estavam tomando uísque o Vinicius de Moraes, você, Fernando Sabino e minha paixão literária máxima: João Cabral de Mello Neto, o gênio da poesia.” (linhas de 28 a 31)
- (C) “Todo mundo meio de porre, principalmente o João Cabral, que bebia mal e implicava com o Vinicius numa agridoce provocação” (linhas de 32 a 34)
- (D) “João Cabral sacaneava: ‘Que negócio de ‘garota de Ipanema’, Vina, você é poeta!’.” (linhas de 37 a 39)
- (E) “O Vinicius ficava puto, mas respondia conciliatório: ‘Para com isso, Joãozinho; deixa isso pra lá!’.” (linhas 39 e 40)

QUESTÃO 7

Considerando o trecho: “Você não tinha nada de ‘especial’, nenhum brilho ostensivo; você não falava muito e tinha a melancolia que lhe dava o posto de observação privilegiado para ver a vida correndo à sua volta ‘aos borbotões, a vida ávida e passageira’ (perdoe-me de novo.)” (linhas de 11 a 15), assinale a alternativa correta.

- (A) As aspas empregadas em “‘especial’” impregnam o comentário de ironia.
- (B) Os verbos estão empregados no pretérito, porque, apesar de o destinatário da carta ainda estar vivo na data em que a carta foi escrita, os fatos aconteceram em momento longínquo dos tempos atuais.
- (C) O autor julga que o amigo homenageado, destinatário virtual da mensagem, detinha a prerrogativa de ser analista dos fatos da vida.
- (D) O acento indicativo de crase, presente em “à sua volta”, é obrigatório.
- (E) O termo “privilegiado” pode ser reescrito corretamente com a sílaba inicial **pre**.

Texto para responder às questões 8 e 9.

1 Aquele mito de que “os opostos se atraem” caiu por
terra. De acordo com um estudo recente publicado na revista
Personality and Social Psychology Bulletin, temos a
4 tendência de procurar alguém parecido com a gente para se
relacionar, seja amorosamente, seja por amizade, ou
simplesmente para sentar perto em uma sala de reuniões.
7 Procuramos algum traço em comum como, por exemplo, o
comprimento do cabelo ou a cor, e até mesmo o uso de
óculos.

10 Isso ocorre, segundo Anne Wilson, psicóloga da
Universidade Wilfrid Laurier e coautora do estudo, porque
achamos que os indivíduos que têm aparência mais próxima
13 com a nossa também possam ter outras coisas em comum
conosco. “As pessoas tendem a pensar que alguém que se
parece um pouco mais com elas são mais propensas a
16 pensar como elas. Mas a maioria dessas escolhas não são
conscientes”, diz Wilson.

A pesquisadora e seus colegas realizaram quatro
19 experimentos com estudantes universitários em várias
situações, como uma sala de aula no primeiro dia de um
curso, ambientes em que as pessoas esperavam em sofás e
22 também pesquisas em que todos ficavam sentados ao redor
de uma mesa. Em todos os casos, as pessoas sentaram-se
perto de alguém com alguma característica semelhante. Para
25 a pesquisadora, isso ajuda a explicar por que parece tão
comum achar grupos de indivíduos que são tão parecidos
entre si.

Internet: <<http://revistagalileu.globo.com>> (com adaptações).

QUESTÃO 8

Quanto a pontos gramaticais relacionados ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Isso ocorre” (linha 10), o termo “Isso” refere-se a “o uso de óculos” (linhas 8 e 9).
- (B) Em “Mas a maioria dessas escolhas não são conscientes” (linhas 16 e 17), as concordâncias nominal e verbal não admitem variações.
- (C) Em “As pessoas tendem a pensar que alguém que se parece um pouco mais com elas” (linhas 14 e 15), a colocação pronominal permaneceria correta caso o “se” fosse colocado depois de “parece”.
- (D) Em “ambientes em que as pessoas esperavam em sofás” (linha 21), a preposição “em” que precede o “que” pode ser descartada sem prejuízo da correção linguística.
- (E) As palavras “óculos” (linha 9), “psicóloga” (linha 10) e “próxima” (linha 12) são acentuadas pela mesma razão.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa que reescreve passagens do texto segundo a norma-padrão.

- (A) **Aquele mito que “os opostos se atraem” caiu por terra.** (linhas 1 e 2)
- (B) **As pessoas tendem a pensar que alguém que se pareça um pouco mais com eles são mais propensos a pensar como eles.** (linhas de 14 a 16)
- (C) **achamos que os indivíduos cuja aparência é mais próxima da nossa também possam ter outras coisas em comum conosco.** (linhas de 12 a 14)
- (D) **A pesquisadora e seus colegas, realizaram quatro experimentos com estudantes universitários** (linhas 18 e 19)
- (E) **isso ajuda a explicar porque parece tão comum achar grupos** (linhas 25 e 26)

QUESTÃO 10

Com referência à redação oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) O emprego dos pronomes de tratamento obedece à tradição secular. **Vossa Excelência**, por exemplo, é de uso consagrado somente para as seguintes autoridades: presidente da República e vice-presidente da República.
- (B) O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é **Excelentíssimo Senhor**, seguido do cargo respectivo.
- (C) Em comunicações oficiais, deve ser dado o tratamento **Digníssimo** (DD) às autoridades dos três poderes.
- (D) Por tradição, deve ser preservado o emprego do superlativo **Ilustríssimo** para as autoridades que recebem o tratamento de **Vossa Senhoria** e para particulares.
- (E) **Vossa Eminência Reverendíssima** é tratamento adequado para a sua Santidade, o Papa.

QUESTÃO 11

A administração pública indireta é composta por entidades que possuem personalidade jurídica própria e são responsáveis pela execução de atividades administrativas que necessitam ser desenvolvidas de forma descentralizada. Com relação às autarquias, assinale a alternativa correta.

- (A) São entes personalizados, mas não possuem patrimônio próprio.
- (B) Somente por lei específica será criada autarquia, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (C) Gozam de capacidade de autoadministração e receita própria.
- (D) Exploram atividade econômica de produção ou comercialização de bens.
- (E) São pessoas jurídicas de direito privado.

QUESTÃO 12

Os atos administrativos, como manifestação do poder público, possuem características que os diferenciam dos atos privados, qualidades inerentes que asseguram à conduta administrativa a eficácia necessária para a consecução do bem público. No que se refere à imperatividade do ato administrativo, é correto afirmar que

- (A) consiste na possibilidade de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.
- (B) é característica presente em todos os atos administrativos.
- (C) está presente nos atos administrativos que visam conferir direitos solicitados pelos administrados.
- (D) independe de previsão legal.
- (E) é a prerrogativa do poder público de impor a obediência de seus atos aos particulares, independentemente de sua concordância.

QUESTÃO 13

Josias, interessado em obter licença ambiental para construir uma chácara de recreio e sabendo que o local integra área definida legalmente como de preservação ambiental, encomenda e obtém parecer técnico de um funcionário público, seu amigo, que é responsável pela elaboração de tal ato administrativo. Antes de iniciar as obras, o órgão ambiental competente descobre que o parecer é ilegal.

Com base na situação hipotética apresentada e considerando que os atos administrativos podem ser extintos por diversas formas, entre elas a anulação e a revogação, assinale a alternativa correta.

- (A) A administração pública deverá anular o parecer cuja decisão produzirá efeitos retroativos.
- (B) O ato deverá ser revogado pela administração pública, retroagindo seus efeitos desde a sua aprovação.
- (C) O ato será anulado pela administração pública, devendo Josias ser indenizado pelas eventuais despesas.
- (D) O órgão ambiental tem liberdade para decidir se revoga ou não o parecer, tendo em vista que a competência para revogação dos atos administrativos é discricionária.
- (E) O ato não poderá ser revogado, tendo em vista os direitos já adquiridos por Josias.

QUESTÃO 14

As cláusulas exorbitantes são uma das principais características dos contratos da administração pública, conferindo prerrogativas que a colocam em situação de superioridade em relação ao particular contratado. Essas cláusulas, previstas na Lei n.º 8.666/1993, oferecem à Administração a possibilidade de

- (A) aplicar sanções administrativas ao contratado, independentemente de ação judicial e de defesa prévia do contratado.
- (B) modificar, unilateral e ilimitadamente, o contrato administrativo.
- (C) rescindir o contrato administrativo, apenas de forma amigável ou judicial.
- (D) declarar a nulidade do contrato administrativo, verificada a ilegalidade, independentemente de pronunciamento judicial.
- (E) alterar cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos, independentemente da concordância prévia do contratado.

QUESTÃO 15

A Lei n.º 9.784/1999 estabelece normas básicas a respeito do processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta matéria que pode ser objeto de delegação no âmbito da referida legislação.

- (A) Matérias de competência exclusiva da autoridade.
- (B) Competência de um órgão a outros órgãos.
- (C) Decisão de recursos administrativos.
- (D) Matérias de competência exclusiva do órgão.
- (E) Edição de atos de caráter normativo.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa correta quanto à modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

- (A) convite
- (B) concurso
- (C) tomada de preços
- (D) concorrência
- (E) leilão

QUESTÃO 17

Mário, servidor do município de Barrancas, permitiu que terceiros tivessem acesso a dados sigilosos que detinha em razão de sua função pública, violando assim a norma prevista na Lei n.º 8.429/1992, que prescreve como ímprobo o ato de revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

Com base na Lei n.º 8.429/1992, a ação praticada por Mário constitui ato de

- (A) improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (B) gestão fraudulenta.
- (C) improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (D) gestão temerária.
- (E) improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

QUESTÃO 18

O orçamento deve apresentar, ao longo dos diversos exercícios financeiros, uma estrutura que permita a comparação dos diversos mandatos, possibilitando, assim, uma análise de cunho mais gerencial. Essa regra é conhecida como o princípio do(a)

- (A) uniformidade.
- (B) universalidade.
- (C) unidade.
- (D) equilíbrio.
- (E) exclusividade.

QUESTÃO 19

Considere que determinado órgão público precise realizar a compra de cinco fusíveis para seus equipamentos eletrônicos. Em virtude do baixo valor, a licitação é dispensada, mas, no momento da realização do empenho, o servidor encarregado não sabe exatamente o valor total da compra.

Nesse caso, o tipo correto de empenho a ser realizado é o empenho

- (A) ordinário.
- (B) global.
- (C) por estimativa.
- (D) ilimitado.
- (E) eletrônico.

QUESTÃO 20

Com relação ao conteúdo da lei orçamentária anual, assinale a alternativa correta.

- (A) Em observância ao princípio da exclusividade, o demonstrativo regionalizado do efeito das renúncias de receita será apresentado apenas após a aprovação do orçamento.
- (B) A reserva de contingência deverá ser destinada ao pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício.
- (C) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão constarão da lei orçamentária anual, salvo aquelas destinadas exclusivamente ao refinanciamento da dívida.
- (D) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias ou em legislação específica.
- (E) Integrarão a lei orçamentária as despesas do Banco Central do Brasil, exceto as relativas a pessoal e encargos sociais, bem como ao custeio administrativo.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa que apresenta um tipo de convênio cuja celebração está autorizada pelas normas técnicas em vigor.

- (A) Convênio para a realização de serviços ou execução de obras a serem custeadas com recursos externos mediante operação de crédito externo já contratada.
- (B) Convênio entre órgãos e entidades da administração pública federal.
- (C) Convênio com pessoas físicas ou entidades privadas com fins lucrativos.
- (D) Convênio com entidade que tenha incorrido em dano ao erário, mas que tenha prestado contas dos recursos recebidos.
- (E) Convênio com entidade cujo objeto social não se relacione às características do programa, mas que comprove dispor de condições técnicas para executar o trabalho.

QUESTÃO 22

Os convênios entre órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos da iniciativa privada podem também ser realizados mediante apresentação de uma contrapartida por parte do beneficiário, cujo conteúdo e cuja forma de apresentação estão estabelecidos em regulamento. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A contrapartida deve ser calculada em função da quantidade de pessoas atendidas pelos programas objeto do convênio.
- (B) A contrapartida pode constituir-se de bens e serviços, se for devidamente fundamentada pelo concedente e revestir-se de natureza economicamente mensurável.
- (C) A contrapartida deverá ser depositada na conta única do Tesouro Nacional, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.
- (D) Não se admite reajuste dos valores referentes à contrapartida a ser aportada pelo convenente.
- (E) Os recursos referentes à contrapartida podem não estar assegurados no momento da assinatura do convênio, desde que se comprovem os meios de sua obtenção futura.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa que contém a relação correta entre o termo apresentado e sua definição técnica.

- (A) **Proponente** – pessoa física que é detentora de chave de validação para inserção e edição de propostas e projetos culturais.
- (B) **Plano de execução** – conjunto de ações destinadas à divulgação de projeto cultural e produtos deles resultantes.
- (C) **Produto principal** – detalhamento de proposta cultural, contendo a definição de objetivos, metas, justificativa, etapas de trabalho, orçamento e cronograma de execução.
- (D) **Projeto cultural** – conjunto de ações inter-relacionadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo delimitados.
- (E) **Espaços culturais** – são aqueles cujo produtor majoritário não seja empresa concessionária de serviço de radiodifusão de som ou imagem.

QUESTÃO 24

Acerca do orçamento das propostas culturais apresentadas, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há limite individual para os orçamentos de propostas culturais, embora exista um limite máximo para o conjunto de propostas aprovadas.
- (B) O Ministério da Cultura dará prioridade à aprovação de orçamentos que tenham diferentes mecanismos de financiamento.
- (C) Não se admitem, nos orçamentos, despesas referentes aos serviços de captação dos recursos.
- (D) Se a proposta cultural for financiada por meio de renúncia fiscal, o proponente não poderá ser remunerado.
- (E) O Ministério da Cultura poderá autorizar valores acima dos limites previstos em regulamento nos casos de restauração ou recuperação de bens de valor cultural reconhecido pela área técnica competente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 25

De duração plurianual, o Plano Nacional de Cultura deve assegurar, segundo dispositivo constitucional, o desenvolvimento cultural do Brasil e a integração das ações governamentais nesse setor. Em suma, o Plano deverá voltar-se para a consecução de objetivos considerados essenciais, a exemplo de

- (A) defesa e valorização do patrimônio cultural das regiões economicamente menos desenvolvidas.
- (B) produção de bens culturais a serem difundidos pelos meios de comunicação oficiais.
- (C) formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura no interior do país.
- (D) controle rigoroso do acesso da população aos bens de cultura.
- (E) valorização da diversidade étnica e regional com o reconhecimento da multiplicidade cultural do país.

QUESTÃO 26

O texto original da Constituição Federal (CF) sofreu inúmeras alterações, inclusive no que concerne aos dois artigos consagrados à cultura. Determinando que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, a CF constitui patrimônio cultural brasileiro, nele incluindo, entre outros,

- (A) conjuntos que expressem, entre outros aspectos, valor paisagístico, arqueológico, paleontológico e ecológico.
- (B) obras e documentos que expressem manifestações artístico-culturais, exceto edificações e espaços físicos.
- (C) sítios de valor histórico, entendidos como cenários para a ação política de governantes.
- (D) criações artísticas e científicas, ressalvadas as que apresentem quaisquer conotações tecnológicas.
- (E) modos de criar, fazer e viver, desde que identificados como herança africana ou indígena.

QUESTÃO 27

Conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais, o Plano Nacional de Cultura (PNC) tem no Ministério da Cultura (MinC) o responsável por sua coordenação executiva. Com papel de suma importância na execução do PNC, justamente por reunir dados a respeito das políticas culturais, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)

- (A) exige a adesão compulsória dos estados, independentemente da região em que se localizam.
- (B) impõe condições técnicas para a adesão das cidades, privilegiando as com maior número de habitantes.
- (C) oferece indicadores nacionais, regionais e locais a serem usados no monitoramento do PNC.
- (D) não faz uso da rede mundial de computadores em face das deficiências estruturais de grande parte do país.
- (E) exime as cidades da elaboração dos respectivos planos de cultura, exigindo-os dos estados.

QUESTÃO 28

Ao ser instituído, o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) explicitava sua principal razão de ser, qual seja, captar e canalizar recursos para o setor. Assim, conforme o próprio instrumento legal que o criou, o Pronac deve

- (A) promover e estimular a produção artístico-cultural brasileira, com ênfase na superação de regionalismos que dificultem a visão nacional da cultura brasileira.
- (B) priorizar o produto cultural originário do país, canalizando recursos para a criação genuinamente nacional, livre de valores universais.
- (C) preservar a integridade das fontes da cultura por meio da adoção de rígidos mecanismos seletivos que possibilitem o controle do acesso a elas.
- (D) preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro com o objetivo de conferir unidade à cultura nacional.
- (E) proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional.

QUESTÃO 29

São áreas de competência do Ministério da Cultura a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural. Na estrutura organizacional do Ministério, à Secretaria de Políticas Culturais compete, entre outras atividades,

- (A) planejar, coordenar e supervisionar ações de comunicação social do Ministério.
- (B) coordenar a implementação de políticas acerca de direitos autorais.
- (C) subsidiar e coordenar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas do Ministério.
- (D) disseminar as diretrizes da política externa brasileira na área da cultura.
- (E) monitorar e avaliar a efetividade da execução de projetos e ações relativos à infraestrutura cultural.

QUESTÃO 30

Além de mandamentos constitucionais, a defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro são deveres a serem partilhados pelo Estado e pela sociedade. Ao poder público incumbe, com a colaboração da comunidade, promover e proteger esse patrimônio por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, além de outras formas de acautelamento e preservação. Pelas normas que regem o tema, a preservação e a difusão do patrimônio cultural brasileiro envolvem, entre outros aspectos, a

- (A) restauração de obras de arte pertencentes aos principais museus do país.
- (B) construção de bibliotecas escolares nas redes pública e privada de educação básica.
- (C) aquisição do acervo documental produzido por ocupantes de cargos públicos.
- (D) conservação e a restauração do conjunto de prédios construídos no período colonial.
- (E) proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais.

QUESTÃO 31

A licitação é um procedimento que concretiza diversos princípios da administração pública, entre eles, o da impessoalidade, o da moralidade e o da igualdade. Todavia, no âmbito da legalidade, há previsões em que a própria legislação dispensa ou não exige o cumprimento integral de suas fases interna e externa. A respeito dessas exceções, assinale a alternativa correta.

- (A) Os permissivos de dispensa e de inexigibilidade licitatória, em face de suas características excepcionais, estão taxativamente postos na legislação, não se permitindo, pois, outras situações que não as expressamente nela previstas.
- (B) Os casos de dispensa e de inexigibilidade licitatória representam fatos nos quais é inviável a realização do cumprimento integral das fases normais do procedimento.
- (C) As possibilidades de enquadramento, como dispensa ou inexigibilidade licitatória, compreendem bens ou serviços passíveis de um procedimento somente na fase interna, não havendo previsão própria, todavia, de objetos vedados.
- (D) É possível enquadrar as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os consórcios públicos, entre outras hipóteses, como exceções ao percentual geral fixado para a dispensa de licitação com base no critério de valor.
- (E) A justificativa do preço na inexigibilidade de licitação, em face de suas características próprias, não é viável de ser realizada.

QUESTÃO 32

O pregão apresenta-se como modalidade licitatória ampla e progressivamente utilizada por todos os órgãos e entidades públicos. Nesse sentido, é de importância prática o conhecimento de seu funcionamento e âmbito de aplicação. A respeito disso, assinale a alternativa correta conforme sua legislação específica.

- (A) O pregão é a mais simples modalidade licitatória prevista na Lei n.º 8.666/1993, aplicável aos procedimentos cujos objetos são de menor valor e de complexidade baixa (bens e serviços comuns).
- (B) Em face de os objetos passíveis de enquadramento na modalidade pregão serem de uso comum, o procedimento cinge-se ao julgamento pelo menor preço, sendo vedada a estipulação, no edital, de garantia de proposta ou de exigência de habilitação.
- (C) O licitante vencedor que deixar de assinar o contrato na data apazada no edital se sujeita à sanção de impedimento de licitar com todos os entes federativos pelo prazo de até dois anos.
- (D) Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns da União, dos estados e municípios, bem como para suas administrações indiretas e órgãos dos demais poderes nas suas atividades administrativas, será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.
- (E) Em não havendo recursos, caberá ao pregoeiro a adjudicação do objeto.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa que apresenta uma exceção legal em relação às hipóteses contempladas como obrigatoriamente destinatárias do âmbito de sua incidência pela Lei n.º 8.666/1993, no que se refere às suas atividades executivas.

- (A) As entidades diretamente controladas pelas pessoas federativas.
- (B) Os fundos especiais.
- (C) As entidades indiretamente controladas pelas pessoas federativas.
- (D) As licitações de concessões de linhas aéreas.
- (E) Os tribunais de contas.

QUESTÃO 34

A fase interna do procedimento licitatório é, em grande parte, responsável pelo êxito ou fracasso de toda a licitação. Nela, destaca-se a importância do planejamento, por meio, entre outros, da realização dos projetos básico e executivo adequados, visando à contratação da proposta mais vantajosa para a Administração, mas, concomitantemente, assegurando a isonomia entre os licitantes. A respeito dos referidos documentos, assinale a alternativa correta à luz da Lei n.º 8.666/1993.

- (A) É vedada a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração do projeto básico ou do executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.
- (B) Faz parte do projeto básico o orçamento detalhado do custo global da obra.
- (C) As licitações para execução de obras ou prestação de serviços seguem, sequencialmente, as fases do projeto básico, do projeto executivo e da execução desses, sendo, em relação às suas três fases, a execução de cada etapa obrigatória e necessariamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.
- (D) Faz parte do projeto executivo a previsão de soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo, de realização das obras e montagem.
- (E) É cláusula essencial dos editais a previsão do local onde poderão ser examinados e adquiridos os projetos básico e executivo.

QUESTÃO 35

A Lei n.º 8.666/1993 define os contratos de serviços como os de atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais. Acerca disso, assinale a alternativa correta.

- (A) Desde que observada a regularidade estrita das fases interna e externa do procedimento licitatório e devidamente motivada a necessidade dos órgãos ou entidades públicos pela autoridade competente, fica legitimada a terceirização de quaisquer serviços no âmbito da administração pública.
- (B) A necessidade de publicação no Diário Oficial da União dos avisos dos resumos dos editais, quando houver financiamento parcial ou total com recursos federais, abarca, além das obras e compras, os serviços.
- (C) As margens de preferência previstas para as contratações de objetos nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras não se aplicam aos serviços, senão aos produtos que se enquadrem nas condições estabelecidas em ato regulamentador.
- (D) A prorrogação de vigência para os contratos de prestação de serviços é limitada ao máximo de sessenta meses, podendo, excepcionalmente, ser aditivada por mais doze meses, vedando a referida lei licitatória, em qualquer hipótese, prazo maior.
- (E) Os serviços de publicidade, para todos os órgãos e entidades públicos, de todos os entes federativos, somente podem ser celebrados com a intermediação de agências de propaganda.

QUESTÃO 36

A homologação e a adjudicação são atos prévios à contratação pela administração pública. Acerca dos referidos institutos, assinale a alternativa correta.

- (A) A adjudicação é considerada como ato de validação dos atos licitatórios pretéritos, a ser praticado pela autoridade superior competente.
- (B) Com a homologação, atribui-se o objeto da futura contratação ao vencedor do certame.
- (C) A Lei n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão) prevê expressamente que, uma vez homologada a licitação, haverá convocação do adjudicatário para celebrar o contrato no prazo previsto no edital.
- (D) A homologação e a adjudicação são atos posteriores ao julgamento das propostas pela comissão ou pelo pregoeiro, sendo, pois, independentemente da modalidade licitatória e do procedimento, de competência originária da autoridade competente, e não dos servidores responsáveis pelo julgamento.
- (E) Em face das prerrogativas da administração pública no âmbito dos contratos administrativos, a Lei n.º 8.666/1993 considera passíveis de sanção administrativa o licitante vencedor e os convocados, sucessivamente, nas mesmas condições desse, para celebrar o contrato administrativo, desde que dentro do prazo previsto originariamente no edital.

QUESTÃO 37

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um instrumento que traz agilidade às contratações da administração pública, todavia requer cuidados, a fim de que não se violem os princípios licitatórios. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta uma característica do referido instituto, legalmente prevista.

- (A) As compras devem, necessariamente, submeter-se ao referido sistema, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- (B) As modalidades previstas para a realização do SRP são a concorrência e o pregão.
- (C) A validade do registro da ata é de até seis meses, já nesse prazo incluídas todas as prorrogações porventura realizadas.
- (D) Exclusivamente durante o prazo de vigência originariamente previsto no edital, a Administração e o licitante vencedor obrigam-se a, respectivamente, contratar e manter a proposta nas mesmas condições.
- (E) Fica vedada a atualização dos preços registrados.

QUESTÃO 38

Característica diferenciadora de contratos administrativos e privados em geral é a existência, naqueles, de cláusulas denominadas de privilégio ou exorbitantes que, nos demais ajustes privados, certamente provocariam incidente de nulidade em face da provocação de desigualdade entre as partes. A respeito das cláusulas exorbitantes, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese, de acordo com o previsto na Lei n.º 8.666/1993.

- (A) Revisão das cláusulas econômico-financeiras para manutenção do equilíbrio contratual, em decorrência da modificação unilateral do contrato para melhor adequação ao interesse público.
- (B) Rescisão unilateral no caso de subcontratação ou cessação por parte do contratado, em qualquer hipótese.
- (C) Nos casos de serviços essenciais, ocupação provisória de quaisquer bens móveis, imóveis, pessoal e serviços de propriedade da contratada, considerados necessários pelo contratante, a fim de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
- (D) Substituição da garantia de execução do contrato, quando conveniente.
- (E) Observados os limites legais impostos pela Lei n.º 8.666/1993, fixação dos preços unitários para obras ou serviços, quando não houverem sido contemplados no contrato originariamente.

QUESTÃO 39

Após o término do procedimento licitatório, é de alta relevância que a execução do contrato seja diligentemente providenciada pela Administração. No que se refere a essa fase, assinale a alternativa correta de acordo com o contido na Lei n.º 8.666/1993.

- (A) É expressamente vedada a realização de atividades de fiscalização, ainda que para prestar auxílio ou subsídio com informações, por terceiros.
- (B) O contratante deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.
- (C) O não cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, pelo executor do contrato, transfere à administração pública a responsabilidade subsidiária por aquelas.
- (D) O recebimento provisório poderá ser dispensado no caso de contratação de serviços profissionais.
- (E) Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato obrigatoriamente correrão por conta do contratado.

QUESTÃO 40

O processo punitivo decorrente do procedimento licitatório e da execução contratual, com certeza, não é o objetivo precípuo da administração pública; todavia, sua previsão e aplicação, observados a ampla defesa e o contraditório, certamente são necessárias para o êxito das contratações públicas. A respeito das sanções passíveis de aplicação aos licitantes e contratados, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei n.º 8.666/1993.

- (A) No âmbito da responsabilidade licitatório-penal, quando não atingido o resultado almejado, a tentativa isenta o servidor público da persecução administrativa, mas não afasta o procedimento criminal.
- (B) Para os referidos fins legais, considera-se servidor público até mesmo aquele que, transitoriamente, desde que com remuneração, exerça cargo, função ou emprego público.
- (C) As condutas penais previstas na referida Lei, ensejadoras de responsabilização criminal, preveem, taxativamente, as penas nos casos de dolo ou culpa do autor do fato.
- (D) São previstas na referida Lei, taxativamente, as seguintes sanções administrativas: advertência; multa, conforme previsão contida no edital e no contrato; suspensão temporária de participação em licitação; e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a dois anos.
- (E) Equipara-se a servidor público, para os fins da referida Lei, aqueles que ocupem cargo, emprego ou função em entidades cujo controle seja, ainda que indireto, do poder público.

QUESTÃO 41

A Lei n.º 8.313/1991 definiu os segmentos culturais cujos projetos são passíveis de obtenção de benefícios fiscais, incluindo

- (A) TVs educativas comerciais.
- (B) espetáculos esportivos.
- (C) jogos eletrônicos.
- (D) música estrangeira.
- (E) desfiles.

QUESTÃO 42

A Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor estabelece uma série de exigências referentes às transferências de recursos. Acerca desse assunto, é correto afirmar que a(s)

- (A) transferência far-se-á preferencialmente por instituição financeira privada caso o beneficiário seja entidade privada.
- (B) movimentação dos recursos correspondentes a cada instrumento de transferência será feita exclusivamente mediante conta bancária específica.
- (C) entidades privadas beneficiárias também estão sujeitas à fiscalização do poder público quanto ao cumprimento de objetivos e metas.
- (D) nota de empenho poderá ser emitida até o início da execução do convênio.
- (E) despesas administrativas correm necessariamente à conta de dotação específica, não podendo ser deduzidas dos valores repassados ao convenente.

QUESTÃO 43

A previsão orçamentária de contrapartida é uma das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal para a realização de transferência voluntária. Entre as que constam da Lei de Diretrizes Orçamentárias, é(são) referência(s)

- (A) uma relação inversa entre o percentual do valor previsto e a população do município.
- (B) a localização do estado.
- (C) os respectivos inversos da renda *per capita* no caso das unidades federadas.
- (D) a superfície e a densidade demográfica, tanto no caso dos estados como no dos municípios.
- (E) a verificação contínua e sistemática do cumprimento, pelo beneficiário, das exigências para a transferência voluntária.

QUESTÃO 44

A legislação que instituiu benefícios fiscais do imposto de renda em operações de caráter cultural ou artístico foi bastante abrangente no que diz respeito à caracterização das atividades culturais, incluindo entre elas

- (A) efetuar doações em bens ou em espécie a entidades de acesso público cadastradas no Ministério da Cultura.
- (B) editar obras relativas às ciências da natureza.
- (C) restaurar obras de arte inacessíveis ao público.
- (D) restaurar ambientes destinados a atividades artísticas de propriedade de entidade privada com finalidade lucrativa.
- (E) vender ingressos a preços populares.

QUESTÃO 45

Com base nas normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, assinale a alternativa correta.

- (A) A União, por meio do Poder Executivo, poderá celebrar convênio com ONG cujo dirigente seja agente político de outro Poder.
- (B) Embora esta não seja a regra, o Ministério da Cultura pode executar programa estadual ou municipal sob regime de mútua cooperação mediante convênio.
- (C) A assinatura de contrato de repasse está condicionada à comprovação de experiência de pelo menos cinco anos no caso de uma entidade privada de fins lucrativos.
- (D) O chamamento público é uma faculdade que poderá ser adotada, a critério do dirigente do órgão concedente, em quaisquer casos.
- (E) Os convênios com entidades privadas sem fins lucrativos deverão ser assinados por autoridade expressamente designada pelo respectivo ministro de Estado.

QUESTÃO 46

O CADIN é o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais. Entre outras características, é correto afirmar que

- (A) o cadastro contém a relação de inadimplentes com as três esferas da administração pública, inclusive indireta.
- (B) a inexistência de registro no CADIN pressupõe o reconhecimento da regularidade na situação do interessado.
- (C) a consulta ao CADIN por instituição financeira privada é obrigatória nas concessões de crédito com recursos de programas oficiais.
- (D) o registro no cadastro será suspenso no caso de ajuizamento de ação contra a cobrança, independentemente do oferecimento de quaisquer garantias.
- (E) não há restrição à transferência de recursos para os demais entes destinados a ações sociais, mesmo com débitos registrados no CADIN e no SIAFI.

QUESTÃO 47

Quando se afirma que, a partir da Constituição Federal de 1988, o controle se tornou mais abrangente, no sentido de não se restringir ao lado da despesa orçamentária propriamente dita, isso expressa-se no próprio texto constitucional, ao referir-se à fiscalização orçamentária quanto à

- (A) renúncia de receitas.
- (B) aplicação das subvenções.
- (C) legalidade.
- (D) legitimidade.
- (E) economicidade.

QUESTÃO 48

As entidades qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais e normas estatutárias são regidos pela Lei n.º 9.790/1999. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Para considerar-se sem fins lucrativos, a entidade só pode distribuir resultados para os empregados, vedadas as participações de dirigentes, associados ou fundadores.
- (B) Não são passíveis de qualificação como OSCIPs as organizações sociais.
- (C) A qualificação como OSCIP exige que seu estatuto vede expressamente a possibilidade de remuneração de seus dirigentes, ainda que atuem na gestão executiva.
- (D) O termo de parceria é o instrumento a ser firmado entre o poder público e as OSCIPs, estabelecendo o vínculo de cooperação.
- (E) Em caso de dissolução da entidade, seu patrimônio deverá reverter ao poder público.

QUESTÃO 49

Com relação à Agência Nacional do Cinema (ANCINE), é correto afirmar que

- (A) ela constitui um órgão autônomo.
- (B) está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- (C) entre suas competências está a de promover a participação de obras cinematográficas estrangeiras em festivais nacionais.
- (D) os membros de sua diretoria são indicados pelo presidente da República e são sabatinados pela Câmara dos Deputados.
- (E) entre seus objetivos está o de restringir a participação de obras cinematográficas estrangeiras no mercado brasileiro.

QUESTÃO 50

De acordo com a medida provisória n.º 2.228/2001, obra cinematográfica ou videofonográfica de média metragem é aquela

- (A) produzida em capítulos.
- (B) cuja duração seja igual a dez minutos.
- (C) cuja duração seja igual ou inferior a quinze minutos.
- (D) cuja duração seja superior a quinze minutos e igual ou inferior a setenta minutos.
- (E) cuja duração seja superior a setenta minutos.